

**FAZ**  **GENTE DE CONFIANÇA**  
**ACONTECER**

# MANIFESTO ELEITORAL

**BLOCO DE ESQUERDA**  
**DISTRITO DE LEIRIA**  
**ELEIÇÕES LEGISLATIVAS 2019**



**CATARINA MARTINS**

COORDENADORA DO BLOCO DE ESQUERDA



**RICARDO VICENTE**

CANDIDATO POR LEIRIA





# MANIFESTO ELEITORAL

BLOCO DE ESQUERDA  
DISTRITO DE LEIRIA  
ELEIÇÕES LEGISLATIVAS 2019  
08.09.2019

## ÍNDICE

### A. MEDIDAS DE EMERGÊNCIA CLIMÁTICA NO DISTRITO DE LEIRIA

1. COMBATER AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
2. RECUSAR A PROSPECÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS
3. PROTEGER A ORLA COSTEIRA
4. PROTEGER RECURSOS HÍDRICOS
5. ORDENAR O TERRITÓRIO E PROTEGER A POPULAÇÃO DOS INCÊNDIOS
6. POR UMA AGRICULTURA ECOLÓGICA E RESILIENTE
7. UMA MOBILIDADE AMIGA DO AMBIENTE E COM PRIORIDADE AOS TRANSPORTES PÚBLICOS

### B. INVESTIR NA IGUALDADE E NA COESÃO

8. COMBATER ASSIMETRIAS: DO SALÁRIO AO TERRITÓRIO
9. O TRABALHO E A AUTOMATIZAÇÃO: NOVOS DESAFIOS NO DISTRITO DE LEIRIA
10. PROMOVER A CRIAÇÃO E OFERTA CULTURAL LOCAL
11. ESCOLA PÚBLICA, PILAR DA IGUALDADE
12. FORTALECER O SNS EM TODO O DISTRITO
13. A HABITAÇÃO É UM DIREITO
14. COMBATER O CONSERVADORISMO E O PRECONCEITO

### C. TRANSPARÊNCIA, CIDADANIA E DEMOCRACIA

# A. MEDIDAS DE EMERGÊNCIA CLIMÁTICA NO DISTRITO DE LEIRIA

## 1. COMBATER AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

As alterações climáticas são um fenómeno com efeitos globais, contudo, a sua origem está localizada essencialmente nos países desenvolvidos, enquanto os seus impactos afetam mais os países pobres e com menos responsabilidades históricas. Dado o estilo de vida e as emissões per capita nacionais, Portugal faz parte do grupo de países com responsabilidade histórica nas emissões de gases com efeito de estufa. Além disso, devido às condições edafoclimáticas locais e à sua localização no globo terrestre, Portugal é considerado um “hotspot” das alterações climáticas, isto é, as subidas de temperatura média e a severidade dos seus impactos serão maiores em Portugal e no mediterrâneo do que em muitos outros locais do mundo. Assim, não faltam motivos para que o país tenha um forte compromisso com este combate. O distrito de Leiria não é exceção, segundo dados científicos divulgados pelo Portal do Clima, para a Região de Leiria, prevê-se que:

- A temperatura média anual passe de 14,5°C para 17,8°C, o que representa um aumento de 3,3°C;
- As durações máximas dos períodos sem precipitação, no outono, passem de 23 para 36 dias, e no verão, de 35 para 52 dias, desde 2012 até final do século;
- O número de dias anuais com risco extremo de incêndio passe de 3 para 13, e o número de dias com risco elevado, de 28 para 78 dias, desde 2011 até ao final do século.



O distrito de Leiria, devido à sua proximidade do mar, sofrerá aumentos de temperatura mais baixos do que o interior do país. Na Beira Baixa, por exemplo, as previsões são para um aumento de 4,2°C de 2011 até ao final do século. Tendo o distrito de Leiria uma grande faixa costeira, será tanto mais afetado pela subida dos níveis médios das águas do mar quanto maior for o aquecimento global. Este cenário pode ou não concretizar-se, dependendo das medidas que forem tomadas a nível nacional e internacional para redução de emissões. Segundo a ONU, para evitar que a temperatura média do planeta suba mais do que 1,5°C até ao final do século, é necessário reduzir 45% das emissões de gases com efeito de estufa a nível internacional até 2030. Além da redução de emissões, é urgente tomar já um conjunto de medidas para adaptação do território ao novo clima, porque mesmo que os melhores cenários se concretizem, elas serão indispensáveis. O programa eleitoral do Bloco prevê um vasto conjunto de medidas de mitigação e adaptação, que integram um programa de emergência climática, desde a transição energética à aposta nos transportes coletivos, da transformação da agricultura e da floresta à gestão de recursos hídricos. Neste manifesto distrital, destacam-se algumas medidas de âmbito distrital e que se enquadram na proposta nacional.

## 2. RECUSAR A PROSPEÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS

Para garantir a meta máxima de 1,5°C de aquecimento global até ao final do século acordada na COP 21, em Paris, cerca de 80% das atuais reservas de energia fóssil conhecidas devem manter-se no subsolo e os esforços de produção energética têm de ser canalizados para as energias renováveis. Portugal tem um enorme potencial natural para produção de energia renovável, mas o Governo insiste em manter ativos dois contratos de prospeção e produção de petróleo e gás com a empresa Austrális, localizados numa faixa costeira, em terra, de Caldas da Rainha até Soure. Além de ser uma decisão contraditória com os compromissos internacionais para o combate às alterações climáticas, que seria o bastante para recusar a implementação desta indústria, os contratos são ruinosos do ponto de vista económico para o país e colocam em risco imensas atividades socioeconómicas da região centro. Neste momento a Austrális prepara-se para a abertura de furos de prospeção em Leiria e Alcobaça, apesar da contestação da população local e das várias organizações ambientalistas nacionais e internacionais. Para o Bloco só há uma opção: estes trabalhos não podem avançar e o país deve recusar qualquer projeto de expansão da produção e fornecimento de energia fóssil. O investimento deve ser canalizado totalmente para as energias renováveis e respetiva transição energética, salvaguardando os recursos naturais locais.

### 3. PROTEGER A ORLA COSTEIRA

O distrito de Leiria tem uma enorme orla costeira, onde abundam os riscos ambientais e as práticas danosas impulsionadas pelo negócio da construção e da indústria. Prevendo-se a subida dos níveis médios das águas do mar importa corrigir os erros do passado e evitar erros futuros. Os cordões dunares que durante séculos foram fixados pelas matas litorais estão hoje em risco devido aos incêndios que as consumiram, é por isso importante que sejam refeitas e não voltem a cair no abandono. Os rios e ribeiras poluídas que desaguam nas praias colocam em riscos sistemas lagunares e a qualidade das águas, destroem biodiversidade e lesam a saúde pública. O excesso de atividades lúdicas e turísticas, a fraca regulamentação e a quase ausência de fiscalização, sobrecarrega as praias, degradando-as, e gera conflitos entre praticantes de várias atividades (surfistas, banhistas, pescadores, etc.). O desrespeito pelos sistemas dunares é frequente, encontrando-se facilmente casas e empreendimentos turísticos construídos ou expandidos sobre as dunas, assim como a prática de motocross e outras atividades lúdicas. As quantidades de plástico que dão à costa ou que são deitados à areia pelos frequentadores das praias são completamente inaceitáveis, em especial em praias que têm maior afluência ou que, pelas suas condições naturais, são mais facilmente depósito dos plásticos transportados pelas correntes marítimas.

#### O Bloco propõe:

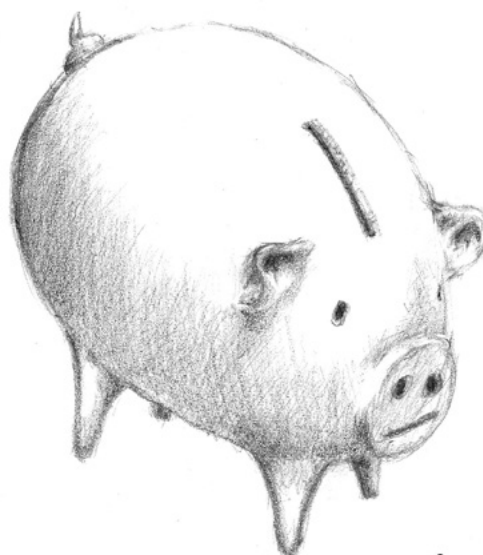
- Promoção de campanha de sensibilização nacional dirigida para os frequentadores de praias e portos;
- Maior fiscalização das praias e sistemas dunares, acompanhada de punição aos infratores;
- Criação de regulamentação das atividades balneares de forma a reduzir conflitos e a garantir o acesso público às praias e o bem-estar e segurança dos seus frequentadores;
- Reforço de verbas para os Orçamentos Municipais e respetivas forças de autoridade de forma a garantirem melhor limpeza e fiscalização dos sistemas dunares;
- Implementação de um programa de erradicação de plantas invasoras dos sistemas dunares, com alocação de meios financeiros e humanos para a sua concretização pelas entidades responsáveis no prazo de dois anos;
- Revisão dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira da Região que abrangem o distrito de Leiria.

### 4. PROTEGER RECURSOS HÍDRICOS

O território do distrito de Leiria está integrado em duas regiões hidrográficas distintas e, grosso modo, 4 bacias hidrográficas:

A Região Hidrográfica do Centro, onde a bacia do Mondego (1) contempla uma parte substancial do concelho de Pombal, e a Bacia Hidrográfica do Rio Lis (2), que contempla parte dos concelhos de Batalha, Pombal, Porto de Mós, Leiria (inclui a Lagoa da Ervedeira) e Marinha Grande. A Bacia Hidrográfica do Rio Lis está quase totalmente localizada no distrito de Leiria, abrangendo apenas o concelho de Ourém fora do distrito (Santarém).

A Bacia Hidrográfica do Tejo (3) e a Bacia Hidrográfica das Ribeiras do Oeste (4) formam a Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste, abrangendo totalmente os concelhos de Alcobaça, Alvaiázere, Bombarral, Caldas da Rainha, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Nazaré, Óbidos, Pedrógão Grande e Peniche. E parcialmente, os concelhos de Ansião, Batalha, Leiria, Marinha Grande, Pombal e Porto de Mós.



*Ceci n'est pas un cochon*

*A 2019*

Ao longo dos últimos anos, em todas as regiões hidrográficas do distrito de Leiria registaram-se descargas poluentes diretamente nas linhas de água ou nos solos das respetivas bacias hidrográficas. Da poluição industrial na bacia hidrográfica do Rio Mondego, com descargas ilegais da indústria têxtil e queijarias, às descargas das suiniculturas na bacia hidrográfica do rio lis, a Região Hidrográfica do Centro vê o seu passivo ambiental crescer e a qualidade de vida da população a diminuir. Das descargas da indústria da celulose nos afluentes do Rio Tejo, às insuficiências da rede de coleta e tratamento de resíduos urbanos em vários concelhos, que acabam a contaminar a Lagoa de Óbidos, por exemplo, a Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste vê os seus recursos hídricos fortemente

afetados. Outros casos se podem facilmente elencar um pouco por todo o distrito, desde a contaminação de linhas de água em consequência do arrastamento de cinzas após os incêndios e da ausência de medidas pós-fogo de proteção destes recursos, até ao crescimento da agricultura intensiva, com excesso de incorporação de adubos e pesticidas poluentes e um abusivo consumo de água de rega.

Dadas as previsões de impacto das alterações climáticas, com aumento da frequência e severidade das secas e das precipitações extremas, é necessário otimizar o uso da água, com ganhos de eficiência e redução de perdas. No que diz respeito aos serviços de abastecimento de água urbana e a coleta de águas residuais e pluviais, segundo o Plano Estratégico para o setor referente ao período 2014-2020 (PENSAAR, 2020) as taxas de reabilitação atuais são muito insuficientes para garantir a sustentabilidade infraestrutural, pois seria necessário que as condutas e coletores tivessem uma vida útil média de, respetivamente, 100 a 200 anos. Assim, para manter o valor geral dos ativos, as taxas de reabilitação deveriam, pelo menos, duplicar e triplicar, respetivamente, para as condutas de água e para os coletores de águas residuais. O distrito de Leiria não é uma exceção, havendo muitas estruturas de abastecimento de água envelhecidas que geram enormes fugas de água, perdas de qualidade e até a interrupção prolongada do seu abastecimento. Em 2017, segundo o INE, as perdas de água nos sistemas de abastecimento foram de 11,7 milhões de metros cúbicos e os concelhos com mais perdas foram: Leiria (2,7 milhões), Pombal e Caldas da Rainha (1,2 milhões), Porto de Mós e Peniche (1 milhão).

### **O Bloco propõe:**

- Reforço da fiscalização e penalização de todas as atividades poluentes das linhas de água e bacias hidrográficas do distrito, acompanhada das necessárias ampliações de estações de tratamento em capacidade e em índice de tratamento;
- Construção de Estação de Tratamento de Efluentes Suinícolas na região de Leiria, de propriedade e gestão pública, acompanhada de medidas de despoluição do Rio Lis e sua bacia hidrográfica no prazo de um ano;
- Salvaguardar a Lagoa de Óbidos, com dragagens permanentes e requalificação da sua bacia e áreas envolventes, regulamentação e planeamento sustentável dos seus usos, promovendo o desenvolvimento local;
- Reabilitação da Lagoa da Ervedeira, com arborização autóctone da sua área envolvente, regulamentação e planeamento sustentável dos seus usos, promovendo o desenvolvimento local;
- Produção de cadastro atualizado das infraestruturas de abastecimento da água e saneamento das águas residuais, com mapeamento distrital das necessidades;
- Reforço de verbas para a reabilitação dos sistemas de abastecimento de água potável, coleta e tratamento de águas residuais urbanas do distrito, com prioridade aos concelhos mais afetados;
- Promover a reutilização de águas residuais em usos urbanos: limpeza de ruas, rega de espaços verdes e outras finalidades adequadas;

## **5. ORDENAR O TERRITÓRIO E PROTEGER A POPULAÇÃO DOS INCÊNDIOS**

Entre 2008 e 2017, num período de 10 anos, arderam 85.136 ha de floresta devido a ignições que ocorreram no distrito de Leiria, ou seja, 6,3% da totalidade da área ardida no país. 87% desta área ardeu em apenas um ano, em 2017, com os fogos de Junho e Outubro, ambos em períodos que habitualmente se consideravam de menor risco. 20% da área ardida em 2017 corresponde às Matas Nacionais de Leiria, do Pedrógão e do Urso, cujo a responsabilidade de gestão é totalmente do Estado. Durante a última década o Estado obteve rendimentos avultados da venda de madeira das matas nacionais, mas abandonaram-se as operações de gestão com a perda de recursos humanos do ICNF resultante das escolhas políticas dos diversos Governos.

Em outubro de 2018, o ICNF avaliava a madeira ardida da Mata Nacional de Leiria, do Pedrógão e do Urso em 14,4 milhões de euros, no entanto, o programa de investimento nas matas nacionais apresentado pelo Governo previa apenas 8,9 milhões de euros para a sua requalificação até 2022, sendo que uma parte substancial desta verba será aplicada em requalificação de acessos e não em reflorestação. O Governo do Partido Socialista, não só faz um investimento insuficiente para reabilitar as matas nacionais ardidas, como desvia o dinheiro da madeira ardida para outras finalidades.

Em 2017 arderam 501,7 mil hectares de floresta em Portugal, dos quais 15% tiveram origem no distrito de Leiria. Os concelhos de Pedrógão Grande, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Ansião, Alvaiázere, Pombal, Leiria e Marinha Grande, foram fortemente afetados pelos incêndios, com as economias locais e o bem-estar das populações brutalmente afetados. Faleceram dezenas de pessoas e há danos irreparáveis. Já foram reconstruídas muitas habitações e infra-estruturas, mas há muito trabalho por fazer: recuperar estradas, solos e linhas de água, controlar plantas invasoras, reconstruir a paisagem e as economias, em parte dependentes de atividades agroflorestais e pastoris. Exige-se o empenhamento do Governo e o comprometimento com as populações afetadas, que necessitam ainda de diversos apoios.

Os territórios ardidos não podem ser palco de promessas lançadas por Governantes e deputados no momento dos incêndios e cair no esquecimento nos anos seguintes, quando ainda está tudo por fazer.

A análise aos fogos florestais ocorridos é reveladora de muitas das dificuldades atuais na gestão do território florestal além das fragilidades do sistema de proteção civil. O interior do país foi massacrado durante as últimas décadas pelo envelhecimento da população residente e pelo despovoamento, impulsionado por políticas que degradaram serviços essenciais ao desenvolvimento local, ignoraram a importância social e ambiental da agricultura de minifúndio e da pastorícia, destruíram emprego e geraram maior insegurança para as populações. Entre outras consequências, cresceu o abandono das áreas agroflorestais.

A política florestal produtivista secundarizou os serviços de ecossistema prestados pela floresta, desde a preservação de biodiversidade à regulação do ciclo da água, da qualidade do ar e do bem-estar das populações ou a adaptação às alterações climáticas, e possibilitou que uma espécie invasora, o eucalipto, seja considerada prioritária nos Planos Regionais de Ordenamento do Florestal (PROF). Abriram as portas à indústria da celulose que se alastra consumindo recursos numa economia de casino. A indústria joga tudo no eucalipto, que já representa mais de 25% da floresta nacional, esperando cortar a madeira antes que a mesma seja consumida pelo fogo. Deixam solos inférteis, esgotados e com as raízes por arrancar, acabando muitas vezes abandonados no fim do ciclo.

### **O Bloco propõe:**

- Reforçar o apoio psicológico nas escolas e centros de saúde dos concelhos mais afetados pelos incêndios;
- Apoiar e acompanhar a reconstrução de infraestruturas, áreas florestais e paisagens destruídas e a recuperação das atividades económicas, por equipa multidisciplinar, constituída por técnicos e representantes de organizações locais, com a produção de relatórios anuais que reflitam o progresso da recuperação;
- Taxar a produção de eucaliptos e a indústria da celulose em todo o país, com aplicação de receitas em serviços de proteção contra incêndios, prestados por proprietários que garantam a gestão e reflorestação com plantas autóctones, em áreas estratégicas para a redução de risco e proteção da população;
- Apoiar a reflorestação com espécies autóctones e a redução do eucalipto, com valorização dos processos de transformação na proximidade e a atividade agrícola e silvopastoril, contribuindo para combater o despovoamento do interior.
- Rever os Programa Regionais de Ordenamento Florestal, com retirada do eucalipto como espécie a privilegiar;
- Criação de campo de ensaio público para a transição ecológica agroflorestal, no norte do distrito de Leiria, com cobertura dos principais povoamentos florestais, mais adaptados às condições locais e à incorporação de atividades silvopastoris;
- Criação de viveiro e banco de sementes público no norte do distrito de Leiria, para multiplicação, preservação e garantia de acessibilidade de espécies autóctones para apoiar a reflorestação das áreas ardidas;
- Reconstruir as Matas Nacionais de Leiria, do Pedrógão e do Urso, com prioridade aos serviços ambientais de proteção da erosão costeira, preservação de biodiversidade, promoção do bem-estar das populações e desenvolvimento da economia local;
- Recuperação do Corpo de Guardas Florestais e Vigilantes da Natureza, reabilitação das casas da guarda e reforço dos meios técnicos e operacionais da Proteção Civil e do ICNF locais;

## **6. POR UMA AGRICULTURA ECOLÓGICA E RESILIENTE**

Em 2009 o distrito de Leiria, nos seus 16 concelhos, totalizava 13.632 explorações agrícolas e 40.964 hectares (ha) de Superfície Agrícola Utilizada (SAU), correspondendo a 1,1% da SAU nacional e a 4,5% das explorações agrícolas do país. Segundo as classes de área, 42,7% da SAU do distrito estava fragmentada entre explorações com 1 a 5 ha e 32,5% em explorações entre 5 e 20 ha. 63% das explorações agrícolas do distrito possuía uma área agrícola utilizada entre 1 e 5 ha.

<b>Classes de SAU (ha)</b>		<b>Total</b>	<b>&lt; 1</b>	<b>1 - &lt; 5</b>	<b>5 - &lt; 20</b>	<b>20 - &lt; 50</b>	<b>&gt;= 50</b>
<b>SAU</b>	<b>ha</b>	40.964	2.060	17.486	13.306	5.004	3.107
<b>SAU</b>	<b>%</b>		5,0%	42,7%	32,5%	12,2%	7,6%
<b>Explorações agrícolas</b>	<b>nº</b>	13.632	3.320	8.585	1.519	172	36
<b>Explorações agrícolas</b>	<b>%</b>		24,4%	63,0%	11,1%	1,3%	0,3%

O Algarve e a Região Centro (NUTS – 2013), foram as que mais perderam SAU nestas duas décadas, com uma redução de 35% e de 31%, mas o distrito de Leiria ultrapassou largamente estes valores. Na década de 90 o distrito perdeu cerca de 17,9 mil ha de SAU e na década de 2000 perdeu 22 mil hectares. Assim, entre 1989 e 2009, ano do último recenseamento agrícola, o distrito de Leiria perdeu 49% da SAU, enquanto o país perdeu apenas 8,4%. Os concelhos de Pedrógão Grande e de Figueiró dos Vinhos, perderam 73% e o concelho da Marinha Grande 77% da SAU. Esta realidade certamente contribuiu para aumentar o risco de incêndio na região centro, onde se concentrou 47% das áreas ardidas, entre 2001 e 2017.

Em 2009 a área irrigável, i.e. equipada com sistemas de rega, no distrito de Leiria, era de 15.682ha, representando 38% da SAU do distrito. A área irrigável assume assim uma importância substancialmente maior no distrito de Leiria do que no país como um todo (15% da SAU, Recenseamento agrícola 2009). Ainda não é conhecido o recenseamento agrícola de 2019, mas é de esperar que esta área prossiga a tendência de contração da última década (de 1999 a 2009, o distrito perdeu 35% da área irrigável e o país 32%). Os concelhos de Leiria, Alcobaça, Caldas da Rainha e Pombal possuíam as maiores áreas irrigáveis, representando 19%, 18%, 12% e 11%, respetivamente, da área irrigável total do distrito. Os concelhos de Nazaré, Peniche, Marinha Grande e Leiria, tinham mais de 60% da sua SAU como área irrigável. Os concelhos de Pombal e Leiria concentravam quase metade das explorações agrícolas com área irrigável do distrito, 25,5% e 22,7%, com áreas médias de 0,9ha e 1,8ha. Os concelhos de Bombarral, Peniche, Nazaré e Óbidos tinham as maiores áreas médias irrigáveis, com dimensões de 6,4ha, 5,4ha, 4,2ha e 4ha, respetivamente. Em território nacional, a média era de 3,3ha.

As culturas permanentes, ocupavam cerca de 80% da área irrigável dos concelhos de Caldas da Rainha, Porto de Mós, Alcobaça e Bombarral e 55% em Óbidos e Batalha, com predominância quase total de pereiras e macieiras. As culturas hortícolas representavam 88% da área irrigável de Peniche, 45% da Nazaré e 32% de Óbidos. A produção de cereais para grão é o principal uso da área irrigável de Pombal, com 57%, e representa 34% em Leiria, em ambos os concelhos com cerca de mil hectares. As culturas forrageiras irrigadas eram relevantes apenas nos concelhos da Nazaré e Leiria, com 23% e 20%, respetivamente.

Os dados sobre o uso do solo e da água de rega no distrito de Leiria, espelham as escolhas políticas que foram sendo realizadas ao longo das últimas décadas para todo o país. A par do abandono de muitas áreas agrícolas e consequente contração da SAU, têm vindo a expandir-se os sistemas de produção intensivos e em monocultura. Estes são altamente exigentes em adubos e pesticidas poluentes para o ambiente e danosos para a saúde humana. Como exemplo podemos observar o concelho de Caldas da Rainha, onde macieiras e pereiras irrigadas ocupavam 78,4% da área irrigável, correspondente a 32,5% da SAU do concelho. Ou o concelho de Peniche, onde as culturas hortícolas irrigadas ocupavam 88% da área irrigável, correspondente a 57% da SAU. Estes sistemas de produção, além dos problemas socioeconómicos que acarretam e os tornam indesejáveis, são também desadequados para o futuro devido às alterações climáticas. A descarbonização da agricultura exige a substituição de consumos energéticos e industriais por processos ecológicos, capazes de garantir níveis adequados de produção. Para dificultar, prevê-se o agravamento das condições de seca e a redução de recursos hídricos disponíveis. De forma a responder a estes desafios necessitamos de sistemas de produção onde ocorrem rotações e consociações de culturas, com uma forte componente de articulação com a produção animal e florestal. Exige-se assim a transição ecológica agroflorestal, de forma a abandonar o modelo químico-mecânico vigente. A agricultura tem também um especial papel no ordenamento do território, garantindo serviços de proteção contra incêndios, preservação de biodiversidade, construção e manutenção de paisagem, mas também de coesão socioeconómica.

O distrito de Leiria é um território onde predomina a agricultura de minifúndio, com mão-de-obra essencialmente familiar. Em 2016, segundo o INE, 72,8% das explorações agrícolas em Portugal tinham valores produtivos inferiores a 8 mil euros por ano e representavam 9,5% do valor de produção padrão total (VPPT). Se a produção destas explorações for destinada ao mercado, corresponde a menos de 667€ mensais em vendas, às quais é necessário subtrair custos diversos. Trata-se de rendimentos muito baixos ou residuais para o conjunto das pessoas que desempenham funções em cada exploração. Em condição semelhante estão mais 15,6% das explorações, com VPPT de 8 a 25 mil euros anuais e um peso de 10,9% do VPPT. Esta realidade, que afeta 89% das explorações, resulta de uma situação de enorme envelhecimento dos produtores agrícolas, que em 2016 tinham uma idade média de 65 anos e cerca de 2/3 dos respetivos agregados familiares recebiam pensões. Apenas 6,1% dos produtores singulares declararam que a origem do rendimento do seu agregado doméstico era exclusivamente da atividade da exploração. Os principais motivos apontados para a continuidade da atividade agrícola foram o valor afetivo (49,3%) e o complemento ao rendimento familiar (31,3%), sendo a viabilidade económica referida por apenas 9,3% dos agricultores. Apenas 6,1% das explorações desenvolveram atividades complementares à agricultura, designadamente turismo rural, transformação de produtos agrícolas, produção florestal, prestação de serviços e produção de energias renováveis.

Se é verdade que a sociedade reconhece um conjunto de serviços prestados pela agricultura que vão além da produção de alimentos e materiais orgânicos, é também verdade que estes serviços não encontram remuneração no mercado. Assim, o trabalho agrícola que garante serviço público deve ser identificado, quantificado e remunerado, encontrando aqui uma forma complementar de obtenção de rendimentos, garantindo desta forma a manutenção de áreas agroflorestais essenciais em especial em sistemas de minifúndio. Desta forma será possível garantir a preservação de alguns elementos paisagísticos essenciais, maior segurança dos aglomerados populacionais contra incêndios, maior fixação da população nos concelhos do interior e maior dinamização económica a nível local e qualidade de vida.



No distrito como no país, o trabalho agrícola familiar é dominante, mas o trabalho assalariado tem vindo a ganhar cada vez mais relevância, muitas vezes em condições de elevada precariedade. A monocultura concentra as necessidades de mão-de-obra em determinados momentos do ano e promove o trabalho temporário, sub-contratado ou pago informalmente à tarefa, reduzindo a resiliência socioeconómica das explorações agrícolas. Neste quadro, encontramos desde explorações agrícolas com baixíssima produção, associada a uma enorme incorporação de trabalho manual, familiar e não remunerado, até explorações de grande dimensão física e económica, baseada em mão-de-obra assalariada, migrante e precária. Os dois extremos são indesejados. O direito ao trabalho com um rendimento digno, assim como a pensões dignas, tem de ser concretizado a todas as pessoas, independentemente da sua nacionalidade ou classe social. Por outro lado, seja qual for a sua dimensão física e económica, é necessário que todas as explorações agrícolas transitem para modelos ecológicos na esmagadora maioria dos casos, o que obriga à maior qualificação e profissionalização do trabalho agrícola, mas também à construção de serviços de apoio.

A resposta política para as necessárias transformações da agricultura, tem ainda de ter em consideração o mercado de bens alimentares e fatores de produção (plantas, adubos, pesticidas, energia, etc.). Hoje, quando se compara a evolução de custos dos fatores de produção com o valor de mercado pago ao agricultor, constata-se facilmente que o mesmo está a ver os seus rendimentos gradualmente reduzidos. Simultaneamente, também os consumidores estão a sofrer uma redução do seu rendimento disponível devido ao progressivo aumento de muitos bens alimentares. Os produtos hortícolas, são um bom exemplo, pois entre 2012 e 2017, viram o seu preço subir 52,2% ao consumidor. Entre os 8,5% de redução ao produtor (2010 a 2017) e os 52,2% de aumento ao consumidor, cresceu o lucro do retalho. É necessário ter em consideração que os produtos hortícolas representam uma das gamas de mercado que sofre menos transformação pós-colheita, pelo que não encontra aí justificação para este diferencial.

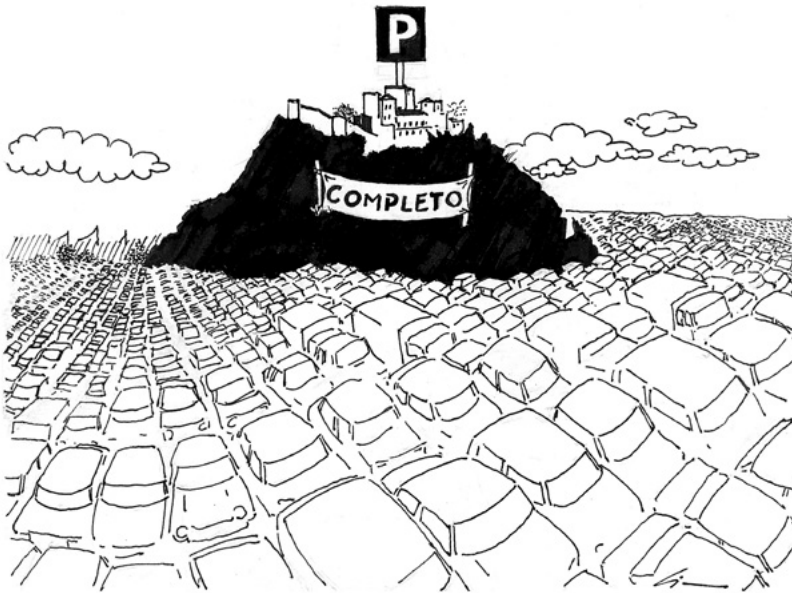
### **O Bloco propõe:**

- Criação de um Serviço Nacional de Apoio à Gestão de Ecossistemas (SNAGE), público, com representação local, garantindo aconselhamento técnico-científico para a transição ecológica agroflorestal, em articulação com as diversas entidades que promovam investigação científica na área, nomeadamente com o Instituto Politécnico de Leiria;
- Criação de um campo de ensaio público para a transição ecológica agroflorestal, com cobertura das principais e mais adaptadas culturas agrícolas, no sul do distrito, onde a monocultura é um problema mais premente;
- Criação de viveiro público para multiplicação e preservação de espécies e variedades tradicionais e autóctones com interesse agrícola, florestal e ornamental no sul do distrito;
- Adaptação nacional da PAC para favorecer a transição ecológica agroflorestal e remunerar serviços de ecossistema de interesse público prestados por explorações agrícolas, nomeadamente no que diz respeito à proteção de aglomerados populacionais contra incêndios;
- Produção de carta de ordenamento para a instalação de culturas intensivas e superintensivas, que trave a sua expansão, reduza a sua extensão, combata a monocultura e proteja as populações e os recursos naturais.
- Certificação obrigatória de coleta e tratamento de resíduos poluentes, mas também de bem-estar animal, de todas as unidades de produção animal;
- Promoção da produção e o consumo de bens alimentares de proximidade e de agriculturas sustentáveis, através da requalificação de todos os mercados e feiras municipais do distrito, com lugares prioritários para produtores locais, e criação de uma rede de hortas urbanas de dimensão adequada;
- Promoção de formação profissional em agroecologia em todo o distrito, para pessoas com competências técnicas, produtoras e trabalhadoras agroflorestais.

## **7. UMA MOBILIDADE AMIGA DO AMBIENTE E COM PRIORIDADE AOS TRANSPORTES PÚBLICOS**

Excluindo as Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, dos 5,3 milhões de habitantes que vivem no resto do território nacional cerca de 4 milhões vivem em cidades ou em regiões urbanizadas. Em todas estas regiões e cidades, o direito efetivo à mobilidade só pode ser universal se for assegurado por sistemas de transportes públicos coletivos. Sem essa transição para uma mobilidade cada vez mais alargada e elétrica, nenhuma meta de descarbonização do país será efetivamente alcançada.

A mobilidade existente no distrito de Leiria é uma das componentes mais em déficit para o exercício de uma cidadania plena, por sua vez, condição indispensável para o fortalecimento da coesão social e territorial. Na maior parte das cidades do distrito não há qualquer sistema de transporte coletivo que dê resposta às deslocações pendulares das pessoas e, nas que existe alguma oferta de transporte público coletivo (Leiria, Caldas, Marinha Grande, Pombal), ela é completamente deficiente e ineficiente: não responde aos principais fluxos de deslocações diárias, os horários não se articulam com as necessidades de transportes, a intermodalidade ferroviária/rodovia



pura e simplesmente não existe, apesar do distrito ser atravessado por duas linhas ferroviárias: Linha do Oeste e Linha do Norte.

De acordo com os dados relativos às deslocações pendulares diárias, recolhidos pelos Censos de 2001 e 2011, que serviram de base a um estudo de 2016 relativo a um Plano Estratégico de Mobilidade e Transportes para o município de Leiria, mas que nunca saiu do papel, o padrão de mobilidade existente no distrito é largamente dependente do transporte individual (75% a 85% do total das viagens diárias nos vários concelhos) e o transporte público é perfeitamente residual, sendo que, no município de Leiria, onde o transporte público tem algum significado, este abrange apenas 10% dessas deslocações.

Outra característica desse padrão diz respeito à evolução de tendência entre TI/TP ao longo da década (2001-2011) que aponta para um agravar de todos os problemas da mobilidade, em resultado de um aumento significativo do peso do transporte individual (TI) nas viagens diárias (de 61% para 76% do total), enquanto que o TP se reduziu de 14% para 10%.

Esta evolução traz graves problemas ambientais, potenciando um rápido crescimento das emissões de gases com efeito de estufa (GEE) nos diversos centros urbanos do distrito, favorecendo o surgimento de fenómenos de congestionamento que introduzem fatores de redução da produtividade social e excluindo cada vez mais populações do direito constitucional de acesso à mobilidade para satisfação das mais diversas necessidades.

As vantagens ambientais, económicas e sociais de uma estratégia de substituição do uso do TI por transportes públicos de qualidade apenas será bem-sucedida se, para além de continuar no esforço de apoio à redução das tarifas nos transportes públicos (TP), for possível garantir o funcionamento integrado do sistema de transportes nos centros urbanos de influência sub-regional, com capacidade para atrair mais deslocações no distrito (Caldas da Rainha, Leiria e Pombal) em relação aos seus vizinhos.

Essa estratégia deve necessariamente apoiar-se num programa de investimentos de melhoria da qualidade da oferta de TP, mas também numa revisão dos instrumentos de planeamento do território que vá libertando espaços urbanos do uso do automóvel, especialmente nos seus centros históricos e que promova um aumento da qualidade da vida nas cidades e uma melhoria das interações com os territórios rurais em cada concelho do distrito.

A melhoria da qualidade da oferta dos TP exige, já em 2020, uma revisão das concessões de redes de TP que se arrastam inutilmente nos corredores das Comunidades Intermunicipais (CIMs), nomeadamente de Leiria, sem qualquer discussão pública e sem efeitos práticos concretos na melhoria da oferta de TP.

Por isso, fará sentido que, em linha com o estabelecido no novo regime de empresas públicas locais para a mobilidade metropolitana em Lisboa e no Porto (DL nº 121/2019, de 22 de agosto), se criem também empresas públicas locais intermunicipais, de dimensão sub-regional, que deem resposta aos fluxos pendulares de atração/geração de deslocações entre municípios vizinhos e garantam a intermodalidade rodoferroviária nas principais linhas de desejo da procura de transporte.

### **O Bloco propõe:**

- Cidades com menos carros nos Centros Urbanos e construção de parques de estacionamento gratuitos para quem tenha um passe de acesso ao transporte público ou a modos suaves de deslocação;
- Reduzir o tráfego e a circulação nos centros urbanos onde apenas seja admitido o acesso de Transportes Públicos, modos suaves de mobilidade ou veículos elétricos;
- Requalificação e eletrificação completa da Linha do Oeste, no contexto da execução de um plano ferroviário nacional, promovendo a articulação com o transporte rodoviário a partir das Estações existentes, em ordem a pôr a funcionar sistemas integrados de transportes públicos de dimensão sub-regional para aumentar a atratividade do transporte coletivo, designadamente ferroviário, no distrito;

- Criar sistemas de transportes públicos coletivos de dimensão sub-regional que sejam desenhados não apenas para dar resposta às necessidades de mobilidade intra-municipais, mas também para estruturar os fluxos pendulares intermunicipais de entrada/saída de/para os municípios vizinhos;
- Transportes Públicos gratuitos para todos os estudantes abrangendo todo o período da escolaridade obrigatória;
- Promoção do uso partilhado de modos suaves de deslocação em todas as cidades do distrito;
- Intensificar o processo de reconversão da frota automóvel pertencente a entidades públicas locais ou da administração autárquica com vista ao seu reequipamento com veículos menos poluentes ou de emissões zero.

## B. INVESTIR NA IGUALDADE E NA COESÃO

### 8. COMBATER ASSIMETRIAS: DO SALÁRIO AO TERRITÓRIO

#### DECLÍNIO POPULACIONAL

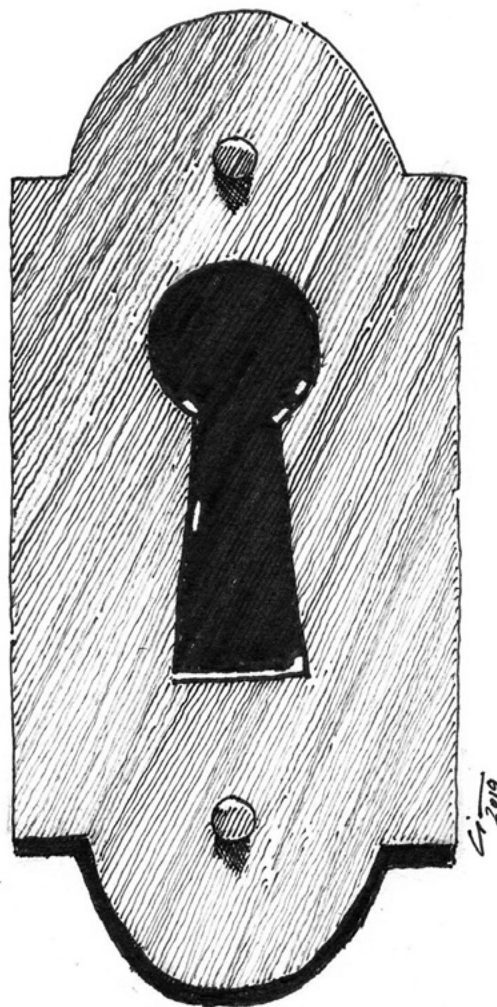
Em 2018, segundo o INE, residiam no distrito de Leiria, 454.592 pessoas, 4,4% dos residentes em Portugal. O concelho de Leiria concentra 27,4% da população e os concelhos de Pombal, Alcobaca e Caldas da Rainha estão na casa dos 11%. Os concelhos com menos população são Castanheira de Pera, Pedrógão Grande, Figueiró dos Vinhos e Alvaiázere, que estão na casa do 1%. Nestes concelhos, a população com mais de 65 anos representa 30 a 36 % dos residentes. Nos concelhos mais populosos suprarreferidos, este valor localiza-se entre os 20 e os 25%. Assim, os concelhos do interior são, além de muito despovoados, substancialmente mais envelhecidos. Entre 2012 e 2018 o distrito perdeu 12,7 mil residentes, uma redução de 2,7%. Os concelhos mais afetados foram Castanheira de Pera (-12%) e Pedrógão Grande (-9%) e os concelhos de Batalha (-0,1%) e Óbidos (-0,3%) foram os que menos perderam. A capital de distrito, Leiria, perdeu 1,2%.

#### EMPREGO E RENDIMENTOS

O ganho médio mensal em Portugal, que contabiliza o ordenado, as horas extra, subsídios e prémios para homens e mulheres, correspondia a 1.106€, em 2016. No entanto, se olharmos para os diversos concelhos do distrito de Leiria, encontramos uma grande disparidade de rendimentos. O concelho de Figueiró dos Vinhos tinha um ganho médio de 790€, o mais baixo do distrito, e o da Marinha Grande 1.211€, o mais alto. Trata-se de uma diferença de 421€. Os concelhos de Pedrógão Grande, Castanheira de Pera, Ansião e Alvaiázere não passam dos 819€. Os concelhos de Nazaré e Peniche são os únicos concelhos do litoral do distrito com um valor inferior a 900€, com 826€ e 853€, respetivamente. O concelho de Leiria, com 1.026€, é o único que ultrapassa os mil euros e se aproxima da Marinha Grande (INE). Assim, quem vive no interior, além de ter menos serviços ao seu alcance, públicos e privados, afere remunerações mais baixas.

A taxa de desemprego nacional em 2018 era de 5,4%, sendo que apenas dois concelhos do distrito tinham uma taxa superior à nacional: Castanheira de Pera (7,1%) e Pedrógão Grande (5,7%). Os concelhos de Batalha (2,5%), Óbidos (3,1%) e Leiria (3,2%) tiveram as taxas mais baixas (IEFP). Contudo, estes valores representam a contabilização oficial dos centros de emprego e muitos dos atuais desempregados estão fora destas estatísticas, porque não se inscreveram no centro de emprego ou porque, estando inscritos, foram eliminados por ausência de resposta a solicitações ou incumprimento de indicações.

A população empregada no 2º trimestre de 2019, na região centro, distribuíam-se da seguinte forma pelos sectores de atividade:



agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca - 9,1%; indústria, construção, energia e água - 27,1%; serviços - 63,8%. É de destacar que, em períodos homólogos, entre 2012 e 2019, o sector primário perdeu 49% do emprego, o secundário aumentou 3% e o terciário aumentou 15%. Estes dados refletem essencialmente o declínio dos concelhos do interior e da agricultura que resultou de más escolhas políticas, mas também a mecanização e automatização do trabalho agroflorestal. Em 2018, 18% da população da região centro a trabalhar por conta de outrem tinha contrato precário, a prazo, mas os números da precariedade são maiores, estendem-se também aos trabalhadores e trabalhadoras a recibos verdes e com relações de trabalho informais, situação para a qual não existem estatísticas disponíveis.

São muitas as empresas no distrito de Leiria e em Portugal em geral que contratam trabalhadores e trabalhadoras com salários reduzidos com o intuito de exportar mão-de-obra barata. Contrariando as normas europeias e a legislação laboral nacional, estas pessoas vêm-se destacadas no estrangeiro auferindo salários de 700 euros base e ludibriadas com a promessa de grandes ganhos com subsídios complementares. Assim as empresas escapam aos impostos que deveriam pagar se aplicassem a legislação em vigor, lesando o Estado português e os trabalhadores. Mas não é preciso ir além fronteiras, são frequentes os casos no distrito de Leiria e no país, em que uma parte substancial das remunerações são pagas fora do salário base, destruindo as carreiras contributivas de quem trabalha.

## RISCOS DE POBREZA

Segundo o INE, em 2017, 9,7% da população portuguesa corre risco de pobreza e a região centro é a mais afetada no continente, com 11,4%. O poder de compra per capita médio, em cada concelho, é substancialmente mais baixo nos concelhos do interior do distrito, nomeadamente Figueiró dos Vinhos, Alvaiázere, Pedrógão Grande e Castanheira de Pera, com valores de 30% a 33% inferiores à média nacional. Leiria é o único concelho com poder de compra per capita acima da média nacional (+3%) e os concelhos de Marinha Grande e Caldas da Rainha muito próximos da média, com -1% e -2%. Estes valores demonstram que o bem-estar material nos concelhos do interior são substancialmente mais baixos que no litoral.

## **O Bloco Propõe:**

- Medidas para combater a precariedade e o desemprego e reduzir a desigualdade de rendimentos:
  - Aprovar Lei de combate ao trabalho temporário e ao falso outsourcing;
  - Alargar direitos dos trabalhadores por turnos;
  - Redução do horário de trabalho para 35 horas e reforço da contratação coletiva com valorização das carreiras e estabilidade do emprego;
  - Definir leques salariais de referência no público e no privado para as diversas atividades profissionais;
  - Reforçar poderes da Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT);
  - Reforço do subsídio de desemprego através do alargamento da base de incidência;
  - Clarificar as normas e diretrizes legais que abrangem trabalhadores em mobilidade geográfica e promover condições de trabalho e contratuais dignas para quem se encontra abrangido por este regime de trabalho.
- Reconstrução e melhoria de acesso a serviços públicos que foram degradados nos concelhos do interior e áreas rurais (CTT, Escolas, Centros de Saúde, Transportes, etc.);
- Reforço dos orçamentos municipais dos concelhos mais afetados pelos incêndios e pelo despovoamento;
- Reforço da Rede de Cuidados Continuados no distrito de Leiria, designadamente na vertente de apoio domiciliário, mudando a fórmula de pagamento da vertente social.
- Criação de uma rede pública de Estruturas Residenciais para idosos e criação de uma rede de Gabinetes Locais de Apoio aos e às Seniores;
- Políticas agroflorestais, industriais, culturais e de habitação que favoreçam o desenvolvimento dos concelhos do interior e a fixação de população com criação de emprego;

## **9. O TRABALHO E A AUTOMATIZAÇÃO: NOVOS DESAFIOS NO DISTRITO DE LEIRIA**

A relação entre tecnologia e trabalho foi particularmente relevante no debate académico e político na década de 1960 e anos seguintes, voltando mais recentemente à ribalta. Tal como agora, nessa altura o cerne do debate situava-se na expectativa dos empregos que se poderiam perder ou ganhar com a mudança.

Recentemente, o próprio Parlamento Europeu (PE) criou dois relevantes grupos de trabalho. Um deles, o grupo sobre Robótica e Inteligência Artificial, criado pela Comissão de Assuntos Legais (JURI) no início do recente período legislativo, publicou recentemente um relatório sobre os aspetos legais e éticos da robótica. A sua missão consiste em estimular a reflexão dos deputados sobre estas questões facultando informação específica, providenciando o debate com especialistas de distintos domínios académicos. Os resultados que o grupo vier a alcançar servirão de base a futuras atividades legislativas neste âmbito. O segundo grupo dedica-se à análise dos Impactos da Digitalização e Robótica no Mercado de Trabalho e foi criado no âmbito da Comissão de Emprego e Assuntos Sociais (EMPL) do Parlamento Europeu, dedicando-se às questões da digitalização do trabalho e do impacto da robótica no emprego, ao nível da União Europeia. O organismo para a avaliação de tecnologia, Science and Technology Options Assessment (STOA), tem igualmente promovido a elaboração de estudos neste âmbito.

O interesse político por estas questões, nos últimos anos, constitui o culminar de um processo de intensificação do debate. Muita da investigação reflete a necessidade de divulgar, para um público mais vasto, alguns dos temas sobre as implicações do desenvolvimento da automatização na nossa sociedade. A inovação tecnológica não tem sido um processo com ciclos de desenvolvimento e crescimento, mas antes um processo quase contínuo. Com efeito, a maior parte das inovações que afetam a nossa vida de trabalho têm tido maior expressão na indústria transformadora, sendo frequentemente transferidas para outros setores. O mesmo se passa no nosso distrito, com alguma relevância nos setores da indústria do metal (Marinha Grande e Leiria) e do vidro e cerâmica (Marinha Grande, Alcobaça e Caldas da Rainha).

Muitas das aplicações novas que conhecemos, ao nível das telecomunicações, da saúde, nos serviços de transporte ou mesmo na alimentação, começaram por ser desenvolvidas na indústria transformadora. A robótica é um caso exemplar. Além disso, a aplicação mais recente nos processos de mecanização e automatização na indústria tem sido o conceito de Indústria 4.0, que integra os desenvolvimentos no domínio da robótica e automatização, com impactos ao nível da reorganização empresarial, sobretudo nos concelhos de Marinha Grande e Leiria, mas igualmente presentes noutros concelhos do nosso distrito.

Este processo de mudança tem acelerado as alterações estruturais da economia nos últimos anos (globalização, flexibilização de horários de trabalho, mobilidade, diminuição de custos de trabalho, concorrência), o que significa que os impactos no mercado de trabalho têm sido cada vez mais importantes.

O desenvolvimento da indústria 4.0 vai obrigar a uma requalificação muito acentuada e a um maior cuidado com os modos de gestão dos recursos humanos por parte dos empresários. Vai obrigar a fortes alterações no modo como as empresas se articulam nos mercados locais, nacionais e internacionais, tornando necessário dar mais atenção ao seu principal recurso: o conhecimento. Isto é, um recurso que se pode encontrar entre os seus trabalhadores e que permite melhor utilizar e gerir estas novas tecnologias.

A automatização dos processos de produção tem aumentado o isolamento das pessoas nos seus locais de trabalho, implicando uma maior integração de equipamentos e dispositivos e deixando os operadores com mais máquinas sob sua supervisão e controlo, o que conduz, tendencialmente, a uma maior distância entre operadores humanos. Mas será que essa tendência pode aumentar com a generalização dos sistemas automatizados? Ou será que o desenvolvimento do conceito de indústria 4.0 irá implicar novas abordagens à organização empresarial e novas formas de trabalho? Estes processos de mudança tecnológica não irão justificar novas medidas de redução do horário de trabalho, de melhoria das condições contratuais e de formação profissional, e de alteração de alguns procedimentos nos apoios ao investimento financeiro (maior transparência, necessidade de estudos de impacto social, entre outros).

O Bloco de Esquerda vai estar muito atento a estes processos, ajudando as organizações de trabalhadores a encontrar as melhores soluções para não perderem os seus postos de trabalho, os seus direitos e para melhorarem as suas qualificações e conhecimento no local de trabalho. As organizações que contribuem para o desenvolvimento social local (delegações do IEFP, centros de formação profissional, associações empresariais, sindicatos, organizações profissionais) terão um papel muito importante. O Bloco de Esquerda irá dar o seu apoio com propostas e levando as suas preocupações à Assembleia da República através dos seus representantes do distrito.

### **O Bloco propõe:**

- Criar um Programa de Ação para “Trabalho 4.0” que promova as necessidades de melhorar os ambientes e as condições de trabalho nas empresas do distrito de Leiria associadas aos programas de investimento enquadrados pela i4.0 Iniciativa nacional “Indústria 4.0”;
- Reforço do subsídio de desemprego tecnológico, alargando a sua base de acesso para aumentar o rácio de cobertura, como por exemplo, nas empresas fornecedoras que correm riscos devido a alterações tecnológicas em empresas clientes, ou nas empresas que procedem à substituição de pessoas por máquinas;
- Proceder a uma recolha sistemática de informação acerca de boas práticas na promoção do conceito de “trabalho 4.0” que envolva vários ministérios (por exemplo, Trabalho, Economia, Ciência e Tecnologia)

- Estabelecimento de um Fundo de Inovação no distrito de Leiria que promova o financiamento em práticas inovação organizacional ao mesmo tempo que existe a aplicação do conceito de indústria 4.0. O acesso das PME a este fundo será privilegiado. O Fundo de Inovação deverá ser criado com base em 1% do IRC gerado pelas empresas a operar no distrito de Leiria.
- Estabelecer uma taxaço sobre o diferencial de investimento em capital fixo comparativamente ao financiamento em formação e requalificação sempre que esse diferencial seja superior para o investimento em tecnologia.
- Priorizar a formação profissional contínua e a requalificação profissional preparando as mudanças técnico-profissionais e para as novas valências e profissões, com o envolvimento dos centros de formação protocolares do IEF a nível distrital;
- Promover a introdução dos sistemas de automatização e robotização, primordialmente, em tarefas de elevado risco ou perigosidade para o ser humano, mitigando os riscos para os trabalhadores, cuja formação e requalificação deverá ser assegurada e suportada pelo patronato.

## 10. PROMOVER A CRIAÇÃO E OFERTA CULTURAL LOCAL

Depois de anos de austeridade que cortaram 75% do investimento nas artes a nível nacional, as estruturas e equipamentos públicos da Cultura degradaram-se, bem como as estruturas independentes de criação artística (equipamentos municipais, orquestras regionais, bandas, grupos de teatro, grupos de dança, entre outros). O Bloco defende que 1% do PIB seja aplicado na Cultura.

No distrito de Leiria reside 4,4% da população nacional, contudo, a distribuição da oferta cultural no país não chega a refletir esta proporção. Além disso, também no interior do distrito, há uma grande assimetria entre concelhos. A título de exemplo, em 2017, segundo o Inquérito dos Espetáculos ao Vivo realizado pelo INE, no distrito de Leiria realizaram-se 998 sessões de espetáculos ao vivo, 3% da oferta nacional. O concelho de Leiria reuniu 46% da oferta do distrito, Alcobaça 23%, Pombal 8%, Caldas da Rainha 6%, Peniche 5%. Os concelhos de Bombarral, Castanheira de Pera, Pedrógão Grande e Marinha Grande reuniram menos de 1%. Ansião, Alvaiázere e Nazaré apresentaram dados confidenciais. Já as exposições realizadas em galerias de arte e outros espaços de exposição temporárias que decorreram no distrito representaram 4,5% do número nacional em 2017. O concelho de Leiria concentrou 23% das exposições e Caldas da Rainha 14%, com os valores mais altos. Pedrógão Grande e Ansião foram os que tiveram menos exposições, com 1%.

Se compararmos as despesas do ano 2017 dos municípios no distrito de Leiria, em diversas formas de expressão artística, com os montantes nacionais, constatamos que a música está na ordem dos 4%, mas a dança representa apenas 1% e o teatro 2% dos montantes nacionais referentes a estas modalidades.

Os dados acima referidos são demonstrativos de um fraco investimento nas atividades culturais em geral, mas acima de tudo, de uma grande assimetria no país, em especial entre os territórios rurais do interior e os urbanos do litoral.

### O Bloco propõe:

- Valorizar e promover a Cultura como o elemento estruturante de toda a restante intervenção, na medida em que ajuda a criar a identidade de um território, contribui para a melhor integração dos seus habitantes e facilita a construção de uma rede de relacionamento entre eles. É um elemento facilitador da identificação com o espaço, que estimula o sentimento de pertença, contribuindo para o bem-estar;
- Regionalizar os apoios para a Cultura, como garantia de descentralização da produção e oferta cultural, com reforço de investimento nos concelhos do interior do distrito;
- Apoiar a criação de casas de cultura e centros de artes, organizar as residências artísticas e ateliês das diversas áreas, garantindo melhores condições de trabalho aos criadores, mas também maior dinamização das localidades;
- Criar e manter programas de apoio para o desenvolvimento de jovens artistas- aumentar o apoio às escolas artísticas e fomentar uma educação cultural e artística de base;
- Incentivar e facilitar a cooperação entre os criadores, os agentes culturais e os operadores económicos.

## 11. ESCOLA PÚBLICA, PILAR DA IGUALDADE

### ESCOLAS E ALUNOS DO DISTRITO

Em 2018, existiam em funcionamento no distrito de Leiria 299 estabelecimentos de ensino básico e/ou secundário (273 públicos e

26 privados), 191 jardins-de infância (115 públicos e 76 privados) e 13 escolas profissionais (3 públicas e 10 privadas). Faltam nesta contabilização as creches e estabelecimentos de ensino pré-escolar que têm tutela exclusiva do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. Os estabelecimentos privados de ensino não superior representavam 22% da totalidade. Pedrógão Grande e Castanheira de Pera são os únicos concelhos que não possuem ensino secundário público e também não possuem privado.

Segundo a DGEEC, no ano letivo 2016/2017, no ensino regular e no distrito de Leiria, existiam 49.220 alunos, dos quais 40.857 frequentavam ensino público e 8.363 o ensino privado. O ensino privado representava 17% dos alunos do ensino básico e 18% do secundário.

No que diz respeito ao Ensino Superior, existem cinco estabelecimentos públicos no distrito de Leiria e dois privados. No concelho de Leiria existem três públicos e um privado. Na Marinha Grande há um privado e os concelhos de Caldas da Rainha e Peniche têm um público.

## ONDE ESTAMOS E PARA ONDE QUEREMOS IR

Se o sistema educativo português se pode orgulhar do curto espaço de tempo em que conseguiu alargar a integração da generalidade das crianças e dos jovens, é tempo de se reconhecer que muito falta não só para responder à heterogeneidade do universo com que trabalha, como também para garantir os alicerces que estimulem a busca autónoma do conhecimento e formem cidadãos críticos, conscientes e criativos.

O investimento é normalmente feito no conjunto de estratégias para que um determinado currículo seja exequível, fazendo passar a ideia de que esse currículo não é, em si mesmo, questionável. Assim sendo, a “autonomia” permitida nunca ultrapassa esta falácia: permite-se (impõe-se!) que os agentes educativos procurem os instrumentos para executar uma tarefa cujos componentes e pressupostos ideológicos não se discutem. Ora, a escola portuguesa ainda mantém, em grande parte, o modelo “fábrica”, dirigista, normalizador, subvalorizando áreas importantes como a formação artística, a educação física e as ciências humanas e sociais, contribuindo para agravar as desigualdades de partida. Pior: a escola portuguesa tem uma organização mais orientada para a tentativa de compensar problemas estruturais da sociedade portuguesa (desordenamento do território, profundas desigualdades sociais, horários de trabalho arbitrários), do que para responder às necessidades de formação e educação das crianças e dos jovens. Isto mesmo foi reconhecido pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) no seu estudo “Organização escolar: o tempo”, embora conclua com o conservadorismo que tem caracterizado esse órgão: “Se existe uma organização do calendário escolar fortemente condicionada pela tradição do calendário civil e religioso, e se a ideia de uma “escola a tempo inteiro” pretende responder, antes de mais, ao “tempo da atividade” dos pais, não deveremos estranhar a sua interligação porque a escola não pode ser entendida fora do meio social em que insere. É por isso que o tempo das aprendizagens não pode ser dissociado do tempo social que o condiciona e para o qual a escola pretende preparar” (pág.5). Na verdade, não pode ser função da escola justificar a permanência de algumas das piores perversões da sociedade portuguesa. Daqui resultam tempos de “institucionalização” extremamente elevados, sobretudo para os mais jovens, ainda por cima com tempos de permanência em sala de aula que não têm em conta as características das suas idades.

Tudo isto é agravado pela pressão exercida pelos exames, provas aferidas nacionais, rankings e por um modelo pouco democrático de gestão escolar, limitando o poder de decisão dos professores e fazendo com que seja o objetivo do cumprimento dos programas a comandar a organização do trabalho e não a resposta às reais necessidades dos alunos.

### **O Bloco propõe:**

- Garantir o acesso à Escola Pública em toda a escolaridade obrigatória e em todo o distrito;
- Desenvolver um programa de requalificação tecnológica das escolas e eliminar o amianto em todas as instalações escolares públicas no período de dois anos;
- Lançar uma profunda reflexão sobre os currículos e os calendários escolares, com uma ampla participação das comunidades educativas e não limitada a “meia-dúzia” de supostos “especialistas”, cujas conclusões são autoritariamente impostas às escolas;
- Alterar o sistema de gestão escolar, garantindo um maior poder de decisão às comunidades educativas;
- Travar a anunciada “municipalização” que irá agravar as perversões existentes, quer pelo fosso orçamental existente entre os municípios, quer pela própria organização do poder local, em que a ação dos executivos não tem a fiscalização democrática necessária que tal reforma exigiria;
- Investir prioritariamente nos recursos humanos que são o verdadeiro alicerce do sistema educativo, respondendo às necessidades das escolas através do alargamento dos quadros de pessoal, criando condições de estabilidade e negociando e valorizando as suas carreiras;

- Apesar de defendermos que o apoio à primeira infância deve ser feito, sobretudo, através de condições dadas à maternidade e à paternidade, não podemos ignorar o que é a sociedade portuguesa atual e as características do seu mercado de trabalho. Nesse sentido, defendemos a criação de uma rede pública nacional de creches;
- Organização de estruturas escolares de proximidade em alternativa aos centros escolares, de modo a facilitar o acesso das crianças, dos jovens e das famílias, incentivar laços de pertença às localidades e combater a tendência para a “escola-armazém”;
- Reforçar o Instituto Politécnico de Leiria, com aumento das suas valências em função das necessidades do território, nomeadamente na resposta às alterações climáticas.

## 12. FORTALECER O SNS EM TODO O DISTRITO

O Centro Hospitalar de Leiria (CHL) é constituído pelo Hospital de Santo André, em Leiria, o Hospital de Pombal e o Hospital Bernardino Lopes de Oliveira, em Alcobaça. Os concelhos de Alvaiázere, Ansião, Batalha, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Leiria, Marinha Grande, Nazaré, Pedrógão Grande, Pombal e Porto de Mós são totalmente abrangidos pelo CHL, ao que acrescem 15 freguesias do concelho de Alcobaça. Os residentes do distrito de Leiria representam 86% da totalidade dos residentes na área de influência do CHL (406,2 mil habitantes). Acresce o concelho de Ourém, distrito de Santarém, e três freguesias de Soure, distrito de Coimbra.

O Centro Hospitalar do Oeste (CHO) é constituído por 3 hospitais distintos, localizados em Caldas da Rainha e Peniche, no sul do distrito de Leiria, e Torres Vedras, no norte do distrito de Lisboa. Caldas da Rainha, Bombarral, Óbidos e Peniche são os concelhos do distrito de Leiria que estão totalmente afetos ao CHO. Acrescem ainda as freguesias da Benedita, São Martinho do Porto e Alfeizerão, do concelho de Alcobaça. Os residentes no distrito de Leiria representam 41% da totalidade dos residentes na área de influência do CHO (292,5 mil habitantes).

O CHL abrange cerca de 75% dos habitantes do distrito de Leiria e o CHO 25%.

Os serviços hospitalares do distrito de Leiria sofrem carências estruturais, ao nível de infraestruturas e equipamentos, mas também de recursos humanos. A situação é especialmente preocupante no sul do distrito, onde o CHO tem as suas infraestruturas muito envelhecidas e dispersas, e aguarda há décadas a construção de um novo hospital capaz de concentrar e melhorar diversos serviços de especialidade e fixar profissionais. Já o CHL, apesar de melhor equipado e mais capaz, a falta de condições de trabalho e a necessidade de reforço de pessoal tem sido motivo de vários protestos, o que levou à demissão recente do Presidente do Conselho de Administração.

### O Bloco propõe:

- Construção de novo hospital para o CHO, que permita concentrar e melhorar os serviços prestados aos utentes da Região Oeste;
- Requalificação dos atuais equipamentos de saúde do distrito, dos centros de saúde aos hospitais, incluindo o Hospital Termal das Caldas da Rainha, através da melhoria de instalações, reforço de meios materiais e humanos e alargamento da cobertura do SNS;
- Fortalecimento da rede de transportes públicos com interligação aos hospitais e centros de saúde, facilitando o acesso de todos os residentes do distrito, em especial fora das áreas urbanas.

## 13. A HABITAÇÃO É UM DIREITO

A habitação tem sido o parente pobre do investimento público em Portugal, um setor sob uma intervenção pública indireta, assente na bonificação de juros. Estas opções tornaram o parque habitacional quase exclusivamente privado e extremamente vulnerável à especulação. O parque habitacional público é de apenas 120 mil alojamentos e situa-se nuns escassos 2% do total, quando a nível europeu a média é de 15%. A administração central provê apenas 11 mil destes fogos, menos de metade do que oferece o município de Lisboa (cerca de 25 mil).

Dos 120 mil fogos de habitação social, 1.452 (1,2%) localizavam-se no distrito de Leiria em 2015 (INE). O concelho de Peniche possui 41% do número de fogos, a Marinha Grande 19%, Pombal 9%, Leiria 7%, Nazaré 6%, Alcobaça 5%, Caldas da Rainha 4% e os restantes concelhos do distrito 2% ou menos.

A idade média dos edifícios habitacionais em Portugal era de 38 anos nos últimos censos (2011). No distrito de Leiria, eram os concelhos menos povoados que possuíam idades médias mais elevadas: Castanheira de Pera (43), Ansião e Alvaiázere 42 anos,



Bombarral e Pedrógão Grande (41), e Figueiró dos Vinhos (40). Nos restantes concelhos a idade média era inferior à nacional, sendo que o concelho de Óbidos tinha o parque habitacional mais novo, com 31 anos.

Os encargos médios mensais com habitação (arrendamento e aquisição) eram de 333€ a nível nacional (CENSOS 2011). No distrito de Leiria, o valor médio por concelho variava entre 263€ em Peniche e 359€ em Pombal. Por ordem crescente de importância, os concelhos de Nazaré, Óbidos, Alcobaça, Porto de Mós, Marinha Grande, Leiria, Batalha e Pombal, tinham valores médios acima da média nacional.

#### **O Bloco propõe:**

- Prioridade à reabilitação urbana para habitação permanente ou arrendamento por tempo indeterminado, incluindo programa que envolva a assunção pelo Estado dos custos da reabilitação dos alojamentos quando os proprietários não queiram ou não possam fazê-lo, seguida de colocação no mercado de arrendamento a preços acessíveis ao rendimento médio e baixo português até o valor ser ressarcido;
- Uso de instrumentos da política de solos para conversão de edifícios habitacionais abandonados em habitação pública;
- Estímulos adicionais à colocação dos alojamentos existentes no mercado de arrendamento a preços acessíveis;
- Estender o Programa de Habitação Social assegurada pelo Estado a todo o Distrito;
- Garantir mais cobertura das medidas suprarreferidos nos concelhos do interior, com baixa densidade populacional, como contributo para reduzir o êxodo e captar novos residentes;
- Residências Universitárias de dimensão adequada em todos os concelhos onde exista ensino superior público;



#### **14. COMBATER O CONSERVADORISMO E O PRECONCEITO**

No distrito de Leiria, como no país, são frequentes os casos de violência doméstica que chegam aos meios de comunicação social e, ainda mais, os que nunca chegam a ser notícia. Homens e mulheres estão longe de viver com direitos iguais, do salário à progressão na carreira ou à parentalidade. Mas o conservadorismo e o preconceito têm muitas caras. São visíveis também, por exemplo, no consumo de drogas leves, onde os consumidores de álcool e de canábis não são tratados por igual, ou através da homofobia e transfobia, do racismo, entre outras formas que violentam os nossos direitos, por vezes com agressão física.

Só em 2019 é fácil encontrar várias ocorrências, onde o conservadorismo, o preconceito e a violência ocuparam a praça pública e não passaram despercebidos no distrito de Leiria. Em julho, nas Caldas da Rainha, um estudante foi agredido em pura manifestação de homofobia. Em agosto, após a publicação, nas redes sociais, da fotografia de uma criança de etnia cigana a ser agredida pela PSP, há um carro de patrulha que entra no acampamento cigano, em Peniche, e os agentes encapuçados agredem e ameaçam os residentes para que os mesmos garantam que as fotografias sejam apagadas. Em Julho, um grupo de pessoas em protesto pacífico contra a realização de touradas, em Porto de Mós, viu alguns dos seus elementos gratuitamente agredidos por outros cidadãos apoiantes da tauromaquia.

É necessário fortalecer as políticas públicas para um efetivo combate a todas as formas de discriminação e violência, trabalhando na prevenção mas também na proteção às vítimas.

#### **O Bloco propõe:**

- Reforçar as regras da paridade nas listas para a Assembleia da República para 50%;

- Juízos especializados para a violência doméstica, no país e no distrito de Leiria, e criação de estatuto de vítimas de violência doméstica para crianças;
- Criar centros de referência LGBTI+ no distrito de Leiria, integrados em rede nacional;
- Formação específica das forças de segurança contra o racismo;
- Adaptação de todos serviços públicos, garantindo formas e conteúdos de comunicação inclusivos;
- Regulação legal da canábis para uso pessoal por parte de pessoas adultas;
- Garantir acesso a níveis de qualidade mínimos das drogas e locais de consumo adequados nos territórios onde tal se justifique, com devido acompanhamento;
- Reinvestimento em programas de inserção profissional para pessoas com percursos de dependência, com acompanhamento especializado.

## C - TRANSPARÊNCIA, CIDADANIA E DEMOCRACIA

Ao longo da última legislatura, o Bloco, no exercício do mandato parlamentar que obteve neste distrito em 2015, procurou sempre levar para discussão na Assembleia da República os principais problemas que afetaram as populações do distrito, como também trouxe para o distrito toda a informação que permitisse uma avaliação constante da forma como os vários problemas evoluíam.

No final de cada ano de mandato, o Bloco realizou várias sessões públicas de prestação de contas do mandato parlamentar e isso serviu para aumentar a transparência do exercício da atividade política no distrito, bem como para desenvolver novos caminhos para uma cidadania cada vez mais ativa e democrática, no sentido de uma cada vez maior abrangência da participação cidadã.

Nesse sentido, diversos foram os movimentos de cidadãos e cidadãs que irromperam no contexto político e social do distrito ao longo destes quatro anos, com os quais o Bloco procurou manter uma relação de proximidade, mas respeitando sempre a sua autonomia, tendo em vista o cumprimento das expectativas e exigências que esses movimentos sociais protagonizaram. Apoiámos algumas das suas lutas, construindo e apresentando propostas na Assembleia da República e nas autarquias, mas também, dando voz e visibilidade às suas causas.

São exemplos desses movimentos e organizações: Precários do Centro Hospitalar do Oeste; Peniche Livre do Petróleo; movimento do centro contra a exploração de Gás; movimentos locais em favor da Greve Climática Estudantil; Climáximo; Associação Bajouquense para o Desenvolvimento (ABAD); Comissão de Ambiente e Defesa da Ribeira dos Milagres (CDARM); Comissão Popular - O Pinhal é Nosso, em defesa da Mata Nacional de Leiria, destruída pelos incêndios de outubro de 2017; as mobilizações de cidadãos de Leiria contra várias soluções propostas pelo Câmara Municipal de Leiria sobre mobilidade, transportes e circulação; as mobilizações de cidadãos em defesa da requalificação integral da Linha Ferroviária do Oeste; as mobilizações de cidadãos em proteção e defesa da Lagoa de Óbidos; A Plataforma Defender o Bom Sucesso; O Grupo Proteção Sicó (GPS), entre outros.

Toda esta mobilização revela uma mudança profunda da capacidade dos movimentos sociais que sempre mereceu o acompanhamento e apoio do Bloco de Esquerda no distrito, respeitando sempre a sua autonomia de decisão e de iniciativa em cada momento.

Essa presença de proximidade por parte do Bloco para com os movimentos sociais faz parte da nossa marca de água, é indelével e indestrutível. O Bloco está e estará sempre onde os cidadãos e as populações se organizarem em lutas pelos seus interesses e pelos seus direitos.





## CANDIDATOS PELO DISTRITO DE LEIRIA



**Ricardo Vicente**  
Engenheiro Agrónomo  
35 anos



**Manuel Azenha**  
Advogado  
44 anos



**Telma Ferreira**  
Operária Fabril  
32 anos



**Manuela Pereira**  
Téc. de Polímeros Reformada  
62 anos



**Andrzej Kowalski**  
Cineasta  
67 anos



**Carla Jorge**  
Auxiliar de Ação Médica  
40 anos



**Célia Cavalheiro**  
Eng. Civil e Explicadora  
48 anos



**António Moniz**  
Professor Universitário  
62 anos



**Francisco Matos**  
Professor  
43 anos



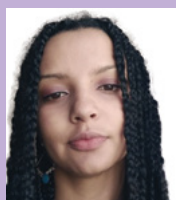
**Telma Gaspar**  
Assis. Oper. em Pré-Escolar  
35 anos



**Arlete Crisostomo**  
Médica Pediatra  
66 anos



**Fábio Capinha**  
Eng. Eletrotécnico e Músico  
27 anos



**Andreia Galvão**  
Estudante  
19 anos



**António Maximiniano**  
Eletromecânico  
59 anos



**Luís Silva**  
Téc. de tratamento Térmico  
de Metais  
29 anos



**Mandatário  
Heitor de Sousa**  
Economista  
66 anos

CONTACTOS: [BLOCODISTRITAL.LEIRIA@GMAIL.COM](mailto:BLOCODISTRITAL.LEIRIA@GMAIL.COM)  
[LEIRIA.BLOCO.ORG](http://LEIRIA.BLOCO.ORG)